

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O relatório “Stop Killer Robots: Country Positions on Banning Fully Autonomous Weapons and Retaining Human Control”, recentemente lançado pela organização não-governamental Human Rights Watch, vem dar a conhecer as políticas dos 97 países que têm participado nas reuniões da Convenção sobre Armas Convencionais e que tomaram posição sobre o tema desde 2013. Relativamente a Portugal, este relatório revela que os diversos governos do nosso país têm apoiado a realização de negociações com vista ao fim do uso de armas totalmente autonomizadas – também chamadas de *killer robots* ou “robôs assassinos” –, mas que nunca propuseram explicitamente a sua proibição.

De facto, em 2014, em plena Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, o governo português de então defendeu a continuação de negociações, justificando essa posição com a “partilha” de “preocupações humanitárias, morais e legais em relação a esse tipo de armas” e defendendo “a necessidade de haver um controlo humano sobre funções críticas dos sistemas de armamento”. No entanto, constata-se que em nenhuma das oito reuniões, ocorridas entre 2014 e a presente data, Portugal apoiou as propostas para uma proibição total do armamento autónomo. Mais recentemente, em março de 2019, o governo português chegou mesmo a sugerir que o foco deveria ser apenas na análise da forma como a lei internacional se poderia aplicar a armas deste tipo.

O mesmo relatório conclui que há já trinta países que recusam as armas completamente autonomizadas, apelando ao fim do seu uso, uma vez que “estes sistemas selecionam e atacam os seus alvos sem qualquer controlo humano sendo por isso inaceitáveis”: Argélia, Argentina, Áustria, Bolívia, Brasil, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Djibouti, Equador, El Salvador, Egito, Gana, Guatemala, Vaticano, Iraque, Jordânia, México, Marrocos, Namíbia, Nicarágua, Paquistão, Panamá, Peru, Palestina, Uganda, Venezuela e Zimbabué. No sentido contrário, um grupo menor de países, com a Rússia e os Estados Unidos no topo da lista, tem impedido qualquer regulamentação e continuam a investir fortemente no desenvolvimento deste tipo de armamento.

Para o Bloco de Esquerda, a ambiguidade associada à posição do governo português relativamente à proibição de armas totalmente autonomizadas atenta contra diversos princípios democráticos e jurídico-constitucionais que regem a condução governamental do país, começando pelo artigo 7.º da Constituição da República Portuguesa, onde se refere que Portugal “preconiza (...) o desarmamento geral, simultâneo e controlado”. Estar do lado daqueles que pretendem propiciar e legalizar o desenvolvimento dos chamados “robôs assassinos” reforça, uma vez mais, a ideia de que Portugal permanece absolutamente subserviente aos interesses económicos das grandes indústrias armamentistas e, especialmente, às aspirações da NATO e de outras alianças militares que beneficiam desse mercado, ao invés de promover uma paz efetiva e duradoura enquanto força motriz da defesa e segurança internacional.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as seguintes perguntas:

1. Que fundamentos explicam as posições recorrentemente tomadas pelo governo português de não propor, de forma explícita e evidente, a proibição do desenvolvimento e uso de armas totalmente autonomizadas, tendo em conta o seu potencial destrutivo e facilitador de conflitos militares futuros?
2. Não considera o governo que a ambiguidade associada à sua posição é, em última instância, conflituante com os princípios democráticos e jurídico-constitucionais da República Portuguesa, tornando o Estado português complacente com as grandes indústrias armamentistas que certamente beneficiarão do desenvolvimento e uso de armas totalmente autonomizadas?
3. Está o governo disposto a explicitar uma posição contrária ao desenvolvimento e uso de armas totalmente autonomizadas, tendo em conta as muitas preocupações humanitárias, morais e legais em relação a esse tipo de armas? Se não, por que motivos?

Palácio de São Bento, 4 de setembro de 2020

Deputado(a)s

ALEXANDRA VIEIRA(BE)

JOÃO VASCONCELOS(BE)

PEDRO FILIPE SOARES(BE)